

NOTAS SOBRE CROCE E DROYSEN¹

NOTES ON CROCE AND DROYSEN

Fulvio Tessitore
Professor Ordinario de História da Filosofia
Università degli Studi di Napoli

Resumo: Trata-se de examinar a presença do historiador prussiano Johann Gustav Droysen no pensamento histórico do filósofo e historiador italiano Benedetto Croce. Como será exposto, tal presença não foi sempre avaliada da mesma forma, entretanto, de qualquer modo, constitui uma referência fundamental da constituição do pensamento tanto epistemológico quanto político crociano.

Palavras-chave: Croce; Droysen; historicismo; ação

Abstract: This paper examines the presence of the Prussian historian Johann Gustav Droysen in the historical thinking of the Italian philosopher and historian Benedetto Croce. As will be pointed out, such a presence has not always been evaluated in the same way, but in any case it constitutes a fundamental reference in the constitution of both Croce's epistemological and political thought.

Keywords: Croce; Droysen; historicism; action

¹ Tradução de Murilo Gonçalves e Francesco Guerra.

1. Singular esta investigação dedicada a Croce e Droysen, à presença significativa do grande historiador e teórico da história alemão no grande filósofo e historiador italiano. Singular porque é incontestável o contraste entre a escassez da presença explicitamente documentável e o claro interesse sempre nutrido por Croce a respeito de Droysen, cujo nome aparece com bastante frequência e, mesmo assim, como uma presença quase sempre superficial nos importantes nós problemáticos da longa reflexão crociana sobre a história (talvez o que só ele tenha feito — e não é redutor dizer — na longa e complexa pesquisa que durou uma vida inteira de estudos, de curiosidades vivas e de extraordinária inteligência com tudo que lidava). Singular mesmo a primeira presença que pode ser apontada, a mais ampla, não por acaso em abertura — prova do que foi dito agora — na *Memoria* pontaniana de 1893², com a qual, convencionalmente, a retórica escolástica sustenta que a investigação teórica do estudioso napolitano é iniciada ainda no contexto dos estudos acadêmicos. Uma presença singular porque o interesse precoce parece ter um caráter polêmico com relação à tese então sustentada (a história recuperada sob o “conceito geral” da arte, portanto não uma ciência, nem uma filosofia) e nunca realmente negada, mas somente teoricamente clarificada, à medida que se articulava a reflexão sobre a história, graças a encontros sucessivos e aprofundados com os “autores” do historicismo idealista, encontros não ocasionais, ou decorrentes de sugestões ocasionalmente recebidas, com os protagonistas mais presentes no início da reflexão crociana. Deve-se salientar imediatamente que não se pretende ceder a uma preocupação constante da ortodoxia crociana — um verdadeiro desastre para a “fortuna” do grande filósofo —, para a qual a intensa e profunda problemática da pesquisa que faz dela uma das formas mais relevantes da cultura filosófica contemporânea é tenazmente, obtusamente negada pela preocupação de que uma grande reflexão filosófica não possa não ser dominada pela linearidade sem tropeçar e quebrar, considerada única e verdadeira característica das grandes filosofias da história da cultura. Exercícios ociosos e inúteis (alguns mesmo sobre Droysen), entre as tantas coisas que eles negligenciaram há uma observação lúcida, polêmica e inteligentíssima de um ensaísta espanhol do final do século XIX, Angel Ganivet, o qual, em seu precioso *Idearium hispanicum*, argumentou que a maior parte dos observadores considera a coerência absoluta uma grande virtude, enquanto que muitas vezes é uma grande prova de estupidez. Este, negligenciando a ortodoxia crociana, acabou por desviar até mesmo o sentido da real “singularidade” do encontro

² A primeira edição apareceu no vol. XXIII (1893) dos “Atti dell’Accademia Pontaniana” com o título *La storia*.

de Croce com Droysen, experienciado não diferentemente em muitos daqueles anos com outras figuras da cultura filosófica, para as quais não havia interesse em ver problemas, mas sim em encontrar soluções tranquilizadoras.

Certamente, no entanto, pelo menos para aqueles intérpretes que pouco se importam com a contextualidade histórica das ideias, a aparição do criticado Droysen na mencionada e famosa *Memoria* pontaniana de Croce parece estar, e talvez realmente o seja, em contraste com quase todos os retornos subsequentes do historiador, considerado pelo filósofo napolitano constantemente como um dos poucos leitores críticos que compreenderam a brilhante filosofia de Hegel e a preservaram e desenvolveram mesmo nas décadas negativas da “morte da filosofia depois de Hegel”, à espera da fortuna ressurgente propiciada pelo “neoidealismo italiano”. Tanto que Croce sempre apoiou a necessidade de dar ampla circulação não só à oracular *Grundriss*, mas também e sobretudo às esclarecedoras lições da *Historik*, realizadas por Droysen durante muitos anos de ensino, finalmente sistematizadas por Rudolf Hübner em uma edição, de fato não muito crítica, de 1937, traduzida para o italiano precisamente pela vontade de Croce, embora tenha aparecido após sua morte, e hoje substituída por uma cuidadosa edição crítica, da qual o presente autor promoveu uma bela tradução italiana³.

2. Em conclusão, portanto, do que foi observado até agora, é necessário perguntar-se, especialmente por causa da literatura droysiana secundária à qual aludi até agora, como entender e explicar esse encontro e confronto “singulares” dos dois pensadores. Devemos começar a partir da tentativa de compreender o sentido e significado da lembrança imediata de Droysen na *Memoria* de 1893, onde as críticas ao historiador sempre parecem ser muito cautelosas e sempre muito respeitadas, ao contrário daquelas reservadas aos autores, positivistas e não positivistas, partidários da “cientificidade” da história, no sentido de possibilidade e necessidade, por reconhecer a essa dignidade cognitiva, de encontrar suas próprias “leis” e

³ Croce resenhou em “La Critica”, XXXV (1937), pp. 383-384, a edição de Hübner da *Historik* (ver: *Pagine sparse*, vol. III, Ricciardi, Napoli 1933, pp. 342-343), na qual se encontra uma síntese eficaz das ideias crocianas sobre Droysen considerado filósofo hegeliano, todavia na linha de Humboldt e de Dilthey. Da edição crítica de Leyh dos escritos teóricos de Droysen, uma excelente tradução para o italiano se deve a Silvia Caianiello, *Istorica. Lezioni di enciclopedia e metodologia della storia*, Guida, Napoli 1994, II ed., ivi 2003, com uma importante introdução, pp. 9-74, e minha apresentação, pp. 7-8.

“categorias epistemológicas”, com reivindicado no âmbito naturalista, de Bernheim a Villari, a Mariano e aos seus seguidores, promotores ou repetidores.

Se certamente não é o caso de voltar às originárias teses crocianas, tão frequentemente estudadas também pelo presente escrevente⁴, aqui devemos lembrar apenas uma, a saber, que a perspectiva da qual Croce enfrentou seu problema, no começo, não é hegeliana como também não é positivista, é, pelo contrário, antes “anti-hegeliana”⁵, para usar sua própria configuração terminológica, porque é inspirada pelo “realismo” herbartiano, que, em parte, é derivado de Antonio Labriola, seu reconhecido mestre. O “realismo” para o qual o Croce daqueles anos (e, em muitos aspectos, até mesmo o tardio) se referia é o de Francesco De Sanctis, o seu verdadeiro “autor” a quem os outros serão acrescidos mais tarde, em primeiro lugar Hegel e Vico. Deve ser acrescido imediatamente que esse enquadramento não é minha interpretação. É a afirmação do mesmo Croce que, em um pequeno livro de 1894, *La critica letteraria*, mais ou menos contemporâneo, portanto, à *Memoria* de 1893 e dois anos precedente à segunda edição desta, acompanhada das respostas às críticas recebidas e de outros esclarecimentos notáveis⁶, afirma, precisamente no capítulo sobre De Sanctis, que, se solicitado a indicar, em resumo, rápido porém não genérico, as linhas principais da cultura filosófica do século XIX, ele não teria resistência em dizer que são duas: “o idealismo” de Fichte e Hegel (são os clássicos citados) e o “realismo” de Herbart e Humboldt (também citados por ele) a que De Sanctis foi atribuído e ao qual ele também acreditava pertencer⁷.

Por que essa observação é importante, especialmente quando considerada dentro dos pontos de referência mais relevantes desses primeiros escritos de Croce, de Lázaro a Dilthey, de Humboldt a Simmel e De Sanctis? A investigação, direta e indireta dessa cultura, não ignorada por outras posições italianas significativas, pelo menos entre as mais europeias do

⁴ Limito-me a recordar o volume *La ricerca dello storicismo. Saggi su B. Croce*, Il Mulino, Bologna 2012, que contém uma parte dos meus escritos sobre Croce, com uma bibliografia dos outros não reunidos.

⁵ Refiro-me a uma clara declaração de Croce ao discutir com R. Mariano: “com grande surpresa eu me vi ser rotulado por alguns de meus críticos como ‘hegeliano’: o que só prova quanto a cognição do pensamento hegeliano foi obscurecida por nós. Dificilmente se pode conceber algo mais anti-hegeliano do que algumas páginas de meus escritos” (*Memoria 7* do vol. XXXIII dos “Atti” Pontaniani, já citado, p. 12, que retorna tal como é na página 94 de *La Storia*, com a única variação de “hegelliano” e derivados, que se torna “hegeliano”).

⁶ Cf. Nota 1.

⁷ Cf. CROCE, B. *La critica letteraria. Questioni teoriche*, Roma 1894, pp. 78-79, 98 n. 1; II ed., ivi 1896, pp. 87-88, 109 n. 2, 117 n. 2. Que se vê agora na edição crítica da segunda edição: CROCE, B. *Scritti su F. De Sanctis*, T. TAGLIAFERRI e F. TESSITORE (org.), Giannini, Napoli, 2007, vol. II, p. 495 e para as variações: vol. I, pp. LIII-LIV e XCV-CLXX.

grande período, sejam ou não partilhadas por Croce, permite-lhe, no entanto, não reduzir a “historiografia” (frequentemente confundida nos escritos do início da década de 1890 com “história”) à simples coleta e reconhecimento de fatos empíricos, deixados em sua coisidade e, ao contrário, a atribuir a atividade do historiador à narração entendida como a capacidade de conectar fatos ao seu sentido e significado, de modo a atribuir-lhes uma função representativa, a representação da realidade, “a expressão”, “a manifestação sensível da ideia”, para dizê-lo com a terminologia da estética hegeliana, até então, como Croce afirma, o único perfil do hegelianismo que ele estava disposto a aceitar⁸. Dentro dessa ordem de pensamentos, Croce reconduz o significado da “representação” à ideia kantiana de *forma* (derivada de Humboldt, conhecido por meio de Lazarus e Steinthal), que configura uma relação ou complexo de relações entre a matéria dos fatos e sua expressividade cognitiva. Croce diz que se trata de considerar dessa maneira “a apercepção” da “expressão ou *forma* de um dado *conteúdo*”⁹. Tudo isso, ao nível da reflexão de 1893, só pode ser obtido através de um processo de “reelaboração” não científica (se “científico” para o Croce daquele tempo significa redução ao “geral”), mas artística, na medida em que esta diz respeito às “partes” e “conteúdos”, identificando, de tal modo, uma especificação ulterior da “representação artística” da história, porque esta, ocupando-se do “historicamente interessante, a saber, não do que é possível, mas do que aconteceu [...] é para o conjunto do processo da arte como a *parte* é para o *todo*”¹⁰, isto é, ainda uma “particularização” no interior do processo consubstancial de “apercepção”. Em suma, nesses escritos, diante da cientificidade positivista, que para Croce é mero empirismo, o realismo de derivação herbartiana, com os esclarecimentos fornecidos por De Sanctis, Dilthey e Simmel abordados nesses anos, permite reconhecer à historiografia uma função cognitiva que não se resolve e anula em uma categorização abstrata, dogmática que, para o Croce desses anos, é aquela da “ciência geral”. Seja essa a busca positivista pelas “leis” da história, ou a “ciência geral do ser” hegeliana cujo objeto e sujeito é a História, ambos são claramente percebidos pelo jovem filósofo como concepções monistas a serem contrastadas, reconhecendo o sentido e significado da realidade da história garantida em sua complexidade pela representação artística, narrativa, que não é redutível ao formalismo ou imaginação de uma realidade inexistente,

⁸ CROCE, B. *La Storia*, pp. 23, 26 nota, 29.

⁹ *Ibid.*, p. 26.

¹⁰ *Ibid.*, p. 56

porque deve ser entendida através do que Humboldt chamou de “forma interior” das coisas, a identificação da *Natur der Sache*. Croce diz que “o conteúdo da arte” é classificado “segundo a variedade de interesse que apresenta. Assim, a comédia se destaca da tragédia, a pintura de figuras daquela de paisagens, etc., etc.; que são todas não *formas* diversas, não *conteúdos* diversos da arte”. Entre tais modos se distingue também a “produção da história”, que se ocupa do “historicamente interessante; isto é, não do que é *possível*, mas do que *realmente aconteceu*. E, portanto, ela está para o todo da produção da arte como a parte para o todo; coloca-se como a representação do que *realmente aconteceu* àquela do *possível*”¹¹. De modo que a referência do discurso ao Simmel de *Probleme der Geschichtsphilosophie* e ao De Sanctis (do qual Croce cita os *Nuovi saggi critici* de 1879, pensando naqueles preparatórios da *Storia della letteratura italiana*, lá contidos) permite ao intérprete tenaz falar da busca de um “idealismo concreto”, que a estética de Hegel possa sugerir¹².

3. Bem, acredito que nesse contexto de ideias, ainda de desconfiança a respeito do hegelianismo mal-entendido, devem ser vistas as referências a Droysen e as críticas dirigidas com cautela e respeitosa atenção às distinções a serem feitas. Nenhuma coincidência que o Droysen repensado como um negador da “redução” da história à arte, e ao contrário um reivindicador de sua cientificidade, não deixe esquecer o Droysen crítico de Buckle, um exemplo típico da historiografia científica de matriz positivista, tributária da procurada identificação das “leis” do conhecimento racional monisticamente concebido, neste sentido também significando conhecimento histórico. Pode-se pensar que Croce, por meio de Droysen, que é defensor da cientificidade da história, hegelianamente falando, já opera, esteja completamente convencido disso ou não, uma distinção entre a cientificidade hegeliana e a positivista, abordadas em razão da preocupação comum pelo “geral” em contraste ao “particular”, próprio da narração artística e da narrativa histórica, ambas formas de conhecimento não-abstrato¹³. Não por acaso na citação a que me refiro, acrescentada à segunda

¹¹ Idem.

¹² Ibid., pp. 18, 52-53.

¹³ Ibid., p. 36, n.1, a respeito da crítica de Droysen a Buckle, *Die Erhebung der Geschichte zum Range Einer Wissenschaft* de 1869; ver também: *Grundriss*, que Croce cita a 3ª edição de 1882. É importante não negligenciar o retorno desse Droysen do “über den Geschichten die Geschichte”, em uma nota de “La Critica”, 1924, que foi republicada como capítulo 3 dos *Elementi di politica* (1925, agora em *Etica e Politica*, (Ed. crítica organizada por A. Musci, Bibliopolis, Napoli 2015, pp. 259-268., aqui 263-266). Nessas páginas, além do contexto da

edição (de 1896) da “*Memoria*”, Croce recorda, com partilha divertida, a observação de Droysen sobre as “leis” de Buckle, escrevendo que de tal tipo “podem ser citadas dúzias” e, “mais que qualquer outra aquela lei magnífica: que a medida da civilização de um povo é seu consumo de sabão”¹⁴. No escárnio evidente das leis históricas de Buckle, desenvolvida por Droysen em nome de uma concepção diferente da natureza científica da história, não deve ser menosprezado que a lembrança droyseniana operada por Croce se enquadra em um dos pontos nevrálgicos da argumentação, aquele dedicado a especificar “o conceito de ciência” relativo à história¹⁵. Com uma atribuição diferente de não menos importância, outra citação de Droysen é dada, dessa vez em §3¹⁶, dedicado ao “conceito de arte”, sempre com relação à história, que são as duas principais frentes da argumentação construtiva e não mais em prevalência crítica da “*Memoria*” pontaniana. Nas duas citações, são citados dois temas droysenianos que visam distinguir a arte e a história, sem, no entanto, negar relações e, assim, notar a “completude da representação artística frente ao ‘conteúdo’ da história, muitas vezes fragmentário, incerto e incompleto”. O que Croce não nega, mas sustenta que se trata de um “defeito” não da “natureza” da história, concluindo que a incompletude às vezes verificável é a consequência das “contingências externas” (falta de documentos ou coisas semelhantes) e não de uma impossibilidade intrínseca do assunto histórico. De modo que parece “curioso pretender”, como faz Droysen, “trazer à natureza da história a sua ausência! É como se fosse dito que o erro é um elemento da ciência porque os cientistas geralmente, fatalmente, erram”¹⁷, o que é uma observação que retorna, ainda que modificada, nas páginas da madura *Logica* (de 1905 e de 1909). Na “*Memoria*” pontaniana segue a recordação de outra observação de Droysen, onde igualmente a um reconhecimento segue uma anotação crítica para recordar que “uma coisa é a história, e outra a dissertação ou o raciocínio histórico”¹⁸, no que Croce parece aludir à historiografia e à teoria da história, distintas da “narração” da história. Essas críticas parciais,

“*Methodenstreit über Kulturgeschichte*” no qual se insere Droysen, se reivindica a afirmação do caráter ético da “história integral” em relação às histórias “unilaterais”, filosóficas. Nisso Croce vê uma concepção que pode fazer referência ao “historicismo absoluto” (“a realidade é história e nada mais que história”), isto é, da “história”, que é “conhecimento de si”, enquanto pensamento de si.

¹⁴ CROCE, B. *La Storia*, pp. 35, 36 n. 2.

¹⁵ *Ibid.*, pp. 29-39.

¹⁶ *Ibid.*, pp. 39-46.

¹⁷ *Ibid.*, p. 45.

¹⁸ *Idem.*

até mesmo duvidosas, sugerem uma possível identificação entre história e historiografia, como sabemos, subsequentemente distintas mesmo em um *synolon* indissolúvel. Se prestarmos atenção à última das citações droysenianas mencionadas, na qual, mais uma vez apontadas, as “afirmações afiadas” do historiador alemão, com acurácia se registra a relevância de um ponto da argumentação deste, que parece a Croce a lúcida, embora incompleta, reivindicação lógica da verdadeira *Frage* da questão debatida, ou seja, a convicção explícita da contribuição sempre compartilhada e recordada de Droysen, o teórico da história. A citação rigorosa, referida textualmente por Croce, é esta: “não seria sem interesse procurar por qual *razão interna* à história, só a ela, entre todas as ciências, é tocada a duvidosa fortuna de ter que ser arte também, uma fortuna da qual nem mesmo a filosofia participa, apesar dos diálogos de Platão”¹⁹.

Aqui é necessário adiantar uma primeira conclusão, especialmente à luz da última afirmação, que não escapou a Croce, ao qual não poderia escapar na perspectiva da então aceita concepção “realista” de Humboldt e de Herbart, derivada do Labriola dos *Problemi della filosofia della storia* de 1877²⁰ e de Lazarus e de Steinthal²¹, que lhe permitiram intuir os componentes kantianos da reflexão de Droysen, ao lado, quando não também contra, dos hegelianos. Nessa direção, parece-me possível concluir que as recorrências observadas de Droysen desempenham, embora *e contrariamente*, um papel entre os mais importantes, pois estimulam os perfis construtivos do raciocínio do jovem Croce e, no entanto, precisamente porque puseram em letras claras uma dupla problemática do intenso e jovem discurso crociano. A problemática que, talvez na década de noventa do século XIX, o mesmo Croce declinava entre “realismo” e “idealismo”, que ele tentou alcançar, com originalidade, quando, mesmo de passagem, falava de “idealismo concreto”²², e a problemática não diferente de Droysen, lucidamente intuída pelo primeiro Croce, entre o idealismo hegeliano e o historicismo kantiano de Humboldt, apresentada como uma amostra do “realismo”. Aquilo que o próprio Croce encontrou, mais tarde, significativamente em um aberto retorno a Droysen em 1931, a propósito de uma observação de Meinecke a respeito de Droysen e Ranke. Essa observação permite fazer

¹⁹ Ibid., p. 15.

²⁰ Cf. LABRIOLA, A. *I Problemi della filosofia della storia*, (1887). In: *Scritti filosofici e politici*. F. SBARBERI (org.), Einaudi, Torino 1973, vol. I e ss.

²¹ Devo me referir a uma discussão específica do meu escrito *Croce e Humboldt* (2016), que se encontra no Volume I do meu *Da Cuoco a Weber. Contributi alla storia dello storicismo*, (com intr. de D. Conte), Edizioni di Storia e Letteratura, Roma 2017.

²² CROCE, B. *La Storia*, p. 18.

uma breve referência a outras recorrências droysenianas em Croce, antes de concluir essas notas com a lembrança das páginas de *La storia come pensiero e come azione*, que marcam um retorno de Droysen de um modo aparentemente ocasional, ao contrário importante, sendo pertencentes ao significado a ser atribuído à *Frage* historiográfica, evidenciada com a consciência teórica de Droysen e retomada por Croce no contexto de uma das formulações mais lúcidas de seu historicismo, ainda que dentro de um livro entre os mais complexos e - seja consentido observá-lo com o máximo respeito - tão conscientemente problemático para desafiar a contradição, longe de resolvida, graças à contribuição de uma prosa científica de nível crítico e narrativo particular.

4. O tom das leituras droysenianas de Croce e a impressão que tenho mostrado até agora são confirmadas em retornos sucessivos, interessantes quanto ocasionais. Assim, ao escrito de 1895, contemporâneo, portanto, aos primeiros ensaios, *La storia della cultura*, com o qual Croce participou do *Methodenstreit über Kulturgeschichte*, remonta uma outra citação consenciente de Droysen, que, na opinião de Croce, se destaca na animada polêmica sobre o “objeto da história”, seja ele buscado no Estado ou na cultura, pela acurácia da resposta, embora nem sempre compartilhada por Croce, e, todavia, de nível teórico muito superior àquelas abordadas na discussão. Droysen, ao reconhecer a legitimidade de praticar as “*histórias especiais*”, declara de forma idealista que “acima delas deve ser reconhecida ‘uma *história por excelência*’” (*über den Geschichten, ist die Geschichte*)²³. Apreço que retorna, mais ou menos tal qual, em uma nota posterior de 1907 na qual Croce contestava que “a exigência” de “orientar-se sobre a história” poderia ser satisfeita pelo recurso a manuais existentes, ainda que famosos como a *Introduction aux études historiques* de Langlois e Seignobos, de clareza exemplar, ordem e transparência, “que, quando se lê, se compreende imediatamente tudo e, depois, percebe-se que nada se sabe”. Nem serviria o igualmente respeitado *Lehrbuch der historischen Methode*, de Bernheim, já citado na *Memoria pontaniana* de 1893. Ao contrário, para Croce, era necessário abordar “o antigo livro de Droysen, *Grundriss der Historik*, que, obra de um historiador e não de um filósofo de profissão”, era no entanto o resultado de “sua juventude vivida na grande época da cultura alemã”; ele que sempre “se afligia muito sobre os

²³ Cf. DROYSEN, J. G. *Grundriss der Historik*, 3ª ed., 1882, § 7. p. 33. In: CROCE, B. *Conversazioni Critiche*, vol. I. 4ª ed., Laterza, Bari 1950, pp. 216-317 e também p. 215.

conceitos de história e natureza, causalidade e finalidade, indivíduo e sociedade, fato e vontade”, em direção “a despertar a meditação”. Isso ocorre porque, concordando com Pflaum, do qual relembra o livro de 1907 sobre *J. G. Droysen Historik in ihrer Bedeutung für die Modernen Geschichtswissenschaft*, Croce reconhece que dessa intuição “a tendência geral é idealista e não empirista” e, portanto, de “alto valor atual” (*von höheren aktuellen Wert*)²⁴. Considerações que remontam a uma nota de 1926 e ainda mais, de modo bem mais articulado, em uma resenha de 1931²⁵ sobre o importante ensaio de Friedrich Meinecke sobre *Johann Gustav Droysen: sein Briefwechsel und sein Geschichtsschreibung*. Aqui, embora repetindo, mesmo se atenuada, a incompreensível negação teórica, formulada em *Teoria e storia della storiografia*, da historiografia filológica considerada uma forma e, talvez, a pior, de “pseudo-história”, Croce tendia a diferenciar o Droysen historiador de “aqueles historiadores” os quais, depois de Hegel, “viviam doravante como epígonos”, praticando “a historiografia geralmente decaída à filologia”. E a diferença deveu-se à “escola de Hegel” na qual “Droysen havia estado”, o qual não foi maculado como os outros historiadores pela culpa por trocar “a filologia histórica [...] pela história”, “assustados” pela “assim chamada filosofia da história”, que o próprio idealismo enxergava erroneamente como a teoria da historiografia e do conhecimento histórico. Droysen, ao contrário, “se, devido a esse medo a que se fez referência, se afastou [da filosofia da história] e se ligou a Wilhelm von Humboldt, o “Bacon” (como o chamava) da ciência histórica”, todavia, continuou a “pensar”, a “meditar segundo Hegel” sobre a “lógica da história” rejeitando o “*organon*”²⁶, que foi uma instância do idealismo hegeliano. Essa constatação se encontra nas páginas de *La storia come pensiero e come azione*, que neste ponto deve ser considerada atentamente a fim de tentar destacar a substância dessas minhas reflexões dispersas sobre a relação entre Croce e Droysen.

Uma página do *Capítulo IV (Filologia, história e filosofia)* de uma seção central do livro de 1937 (*La certezza e la verità storica*) conclui a complexa argumentação do capítulo, aberto, como se verá, em nome de Droysen, remetendo-se à mencionada anotação de 1931. Contra a suspeita reservada aos *Istoriche* dos historiadores oitocentistas — em razão de seu desenvolvimento filosófico, perigoso e temido por aqueles que sentiam “a ânsia de evitar o

²⁴ Cf. CROCE, B. *Conv. Cr.*, I, cit., pp. 163-164, que são parte da memória de 1895, *Intorno alla storia della cultura*, Mem. 7 de «Atti dell'Accademia Pontaniana», XXVI, pp. 18.

²⁵ Cf. CROCE, B. *Conv. Cr.*, cit., IV, 2ª ed., Laterza, Bari 1951, pp. 124-125 e 131-135.

²⁶ *Ibid.*, p. 132.

dever lógico de definir os conceitos esclarecedores de origem não empírica”²⁷ — que é o produto da “relutância [...] que a historiografia da segunda metade do século XIX”, aquela “filológica” e erudita de sabor positivista, tentou para a filosofia —, Croce reavaliou aquele que pretendia praticar e realizar com o nome de “*Historik*”. E a explicação é importante. Com “*Istorica*”, “pretendia-se nem mais nem menos do que fornecer aos estudos históricos um *organon* análogo ao que Kant tinha fornecido para as ciências físicas e naturais na *Crítica da Razão Pura*; e disposições filosóficas e comportamentos filosóficos faziam-se perceber naqueles que demandaram ou tentaram constituir aquele *organon*: Humboldt, Droysen, Dilthey”²⁸. Vozes diferentes e todas as três entre as mais significativas do *Historismus* das origens e do crítico amadurecimento. Nem é o suficiente. De fato, é uma afirmação aquela agora lida por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, deve-se notar que os nomes dados, com consenso e como exemplificação, são aqueles da distante *Memoria* “juvenil”, aqui acompanhados pela identificação explícita de sua fonte: Kant. São aqueles do Croce “realista” *desanctisiano*. Trata-se do Kant, no caso do *organon*, evocado por Humboldt antes de Droysen e por Dilthey depois de Droysen. É aquele dos assim chamados escritos de filosofia da história, preparadores da *Crítica da Faculdade de Julgar*. Isto é, a obra que apóia, completa, esclarece e modifica o “juízo determinante” da primeira *Crítica*, com o juízo “reflexivo” da terceira *Crítica*, o juízo que define a lógica da previsão, fruto da seleção operada segundo o juízo crítico, que nos permite atribuir também à história como *Historie* (e não como *Geschichte*) a atribuição da cientificidade do *organon* do conhecer, agora presente graças à reconhecida revolução antropológica kantiana, para a qual o conhecer não é o *re*-conhecimento de um objeto já dado, mas a determinação das leis do pensamento que identificam o objeto do conhecimento como *o novo a ser adquirido*. Em outros termos, a cientificidade, consciente dos limites da razão, da *função* (atuação) *do conhecer* conjugada com a ação, cuja “finalidade” não deve ser confundida com a teleologia do determinismo causal. Não creio que Croce diga algo diferente quando cita o parágrafo 16 de *Grundriss*, privilegiando Droysen entre os três clássicos elencados.

O Droysen, que até mesmo deu um primeiro esboço de tratamento nesse assunto, definiu a nova ciência da seguinte forma: A *Istorica* não é uma Enciclopédia das ciências históricas, não é uma Filosofia (ou teologia) da história, não é uma Física do mundo histórico, e menos ainda uma Poética para escritores de histórias. O objetivo

²⁷ CROCE, B. *La Storia come pensiero e come azione*. Ed. crítica - M. CONFORTI (org.). Bibliopolis, Napoli 2002, pp. 135-136. Doravante citado como SPA.

²⁸ Ibid., p. 136.

que ela deve propor é construir um *organon* do pensamento e da investigação históricos.²⁹

Afirmção que, antes que forneça o comentário que requer pela sua importância, não se deve negligenciar um esclarecimento sobre os termos evocados pela preciosa síntese droyseniana, que Croce cita e resume. Não é possível, por isso, negligenciar uma impressão de leitura sugerida por essa brilhante, e problematicamente brilhante, página crociana. É possível imaginar que ao Croce leitor do mencionado parágrafo de Droysen tenha escapado o que está implícito nas três negações realizadas para definir a *Istorica* e seu *organon*? Isto é, Hegel (*Enciclopédia*), Herder e Schiller (a *Filosofia* ou *Teologia* da História), Humboldt (a *Física do mundo histórico*), são os quatro grandes leitores da terceira *Crítica* kantiana, da qual derivaram suas configurações conceituais. Eu não julgo que seja possível pensar de outra forma e não acredito em coerência no comentário crociano, o que nos permite compreender como as citações problemáticas mencionadas são uma chave para entender a problemática apresentação de Droysen, dada em 1893, além de ser errônea, leitura incompatível com outras reflexões do mesmo Croce. Aquelas páginas antigas e juvenis, se se prefere, isto sim, no limite da ambiguidade, já de algum modo prenunciavam a consciência da posição crítica do *historiador do helenismo* colocado entre Humboldt e Hegel. Posição esta que em 1937 é retomada e argumentada com a certeza de ter resolvido as dificuldades e ambiguidades, anteriormente não avaliadas adequadamente³⁰. Leiamos Croce: “As quatro determinações negativas enunciadas devem ser aceitas todas as quatro, e acolhida a quinta e positiva deduzida de Aristóteles e Bacon” pode ser aceita em relação à avaliação da historiografia considerada não muito distante da arte/poesia, porque ao complexo dos conceitos obtidos da seleção da história concreta não “é tarefa de outro ofício que um *organon* ou instrumento a serviço desse conhecimento. Mas o que é, enfim, tal teoria, que não é uma Enciclopédia, nem uma filosofia da história fantástica ou arbitrária, nem uma Física ou Sociologia, nem uma Estética, e que manteria o ofício de instrumento do pensamento e do investigação históricos?” (esta última sentença é uma evidente transliteração do princípio fundamental droyseniano *forschend zu verstehen*). “A nossa resposta — acrescenta Croce — não pode ser dúbia: nessa almejada teoria não há nada mais que a

²⁹ Croce, B. *SPA*, p. 127.

³⁰ Devo fazer referência ao meu artigo *Lo storicismo in forma negativa* (2010), agora em: *La ricerca dello storicismo*, cit., pp. 207- 240, onde se encontra a indicação precisa dos escritos crocianos aos quais me refiro aqui e seu comentário.

filosofia”³¹. Sim, devemos dizer que, por nossa vez, mas que filosofia, a “filosofia histórica” ou a “história filosófica”, para usar a excelente distinção do Croce historicista e não idealista?

E aqui os problemas retornam, quase de forma droyseniana, não como dúvidas ou incertezas sobre sua própria legitimidade, mas com uma avaliação teórica amadurecida a qual conheceu a solução crítica fornecida pelo próprio historiador. Esses problemas retornam no Croce e pelo Croce que também se colocou entre “idealismo” e “historicismo”, antes confiante em sua síntese e depois cada vez mais duvidoso de ser capaz de realizá-la. Qual filosofia, então? E Croce responde com precisão. “A filosofia histórica”, indicada em uma página diferente, todavia bem conectada com a que estou comentando agora, com a precisa consciência do que ela significa. E, por isso, aqui Croce aponta: “que enfim a filosofia não tem outro ofício que este de ‘metodologia do pensamento histórico’ é uma conclusão que eu, para o grande pesar dos chamados filósofos puros, repetidamente formulei e documentei doutrinariamente”³². O que é verdadeiro. Mas essa “verdade”, enquanto atesta a relevância atribuída a Droysen, implícita e criticamente apresentada aqui em um dos estágios centrais da longa reflexão sobre a história, revela toda a problemática da “filosofia histórica” e não “história filosófica”, como aqui também é dito com uma equivalência não tão simples como aparece e como se gostaria que fosse. É a “filosofia histórica” que Croce tentou definir ao longo de sua intensa vida de pensamento, sempre desprendido, como também aparece aqui, dos filósofos teóricos, dos “filósofos puros” que ele não hesita em colocar na categoria de “puros asnos”³³. Sobre a crítica, problemática consciente da “filosofia histórica” afirmada, é necessário deter-se para compreender efetivamente, completamente o “historicismo” de Croce e a incidência de Droysen nele, escolhido com respeito aos bem conhecidos e nunca esquecidos Humboldt e Dilthey. Na verdade, não há dúvida de que essas páginas do final da década de 1930 (posteriores àquelas que partem da segunda metade de 1920 até a memória da época de Oxford dos anos 1930³⁴) sinalizam uma renovada reconsideração das conclusões alcançadas na *Teoria e storia della storiografia*. Uma revisão que, por muitos aspectos, desenvolve-se em torno da consideração, por assim dizer ininterrompida, da afirmação do livro de 1917 sobre “filosofia

³¹ CROCE, B. *SPA*, p. 136.

³² *Ibid.*, p. 137.

³³ Nunca se deve esquecer metade de uma página crociana de 1942, tão feroz quanto lúcida *Purus philosophus, purus asinus*, que lemos agora em *Pagine sparse*, vol. III, cit., p. 96.

³⁴ Veja os ensaios citados na nota 28.

como metodologia da história” ou da “historiografia”, como Croce diz alternadamente, mesmo assim mostrando a “ambiguidade” da opção sobre o significado da filosofia em relação à história, que ao mesmo tempo serve para alcançar a definição do “idealismo concreto”, buscada a partir de 1893. Do que se trata a ambiguidade é mostrado pela constatação inevitável que logo quando a conclusão parece ter sido alcançada (como foi entendida em *Teoria e storia*), ao mesmo tempo é quebrada por aquela atestação do papel da filosofia como “metodologia da história”, enquanto esta problematiza a “correspondência entre pensamento e ser”, “entre a gnoseologia e a fenomenologia”³⁵, todos os postulados tão tipicamente hegelianos retomados por Croce, proclamados na definitiva *Logica* de 1909, para identificar a filosofia com a história, em outras palavras, a “filosofia histórica” com a “história filosófica”. Certamente, no livro de 1937, a duplicação serve para reforçar a “filosofia histórica”, mais a historicidade da filosofia do que a *filosoficidade* da história. Por isso, no livro de 1937, a filosofia que Croce pensa é aquela que é identificada com a “historiografia, ou seja, com o pensamento histórico” e, portanto, “elimina e anula o conceito de uma filosofia fora ou acima da historiografia”³⁶. “Mesmo quando a filosofia é definida — como eu fiz, Croce continua — como ‘metodologia da historiografia’ não se deve perder de vista que a metodologia seria abstrata se não coincidissem com a interpretação dos fatos”. Esses são, certamente, esclarecimentos historicistas da “filosofia histórica”, a qual é acima tão nitidamente apresentada nestas páginas³⁷. No entanto, continua sendo verdade que a “filosofia histórica” seja sinônimo de “história filosófica” porque para Croce o *pensamento da vida* é o mesmo que a *vida do pensamento*. Isso porque, quase que como para evitar críticas não distantes de Gentile, a demanda colocada e repetidamente recolocada, nas mais diferentes formas, da sempre refutada filosofia da história, pretende, no entanto, ser satisfeita por uma necessidade lógica de evitar a existência do fato histórico em sua empiricidade, cuja superação (no sentido hegeliano de *Aufhebung*) dos “conceitos históricos” não parece suficiente como critérios interpretativos da “natureza da coisa” (*Natur der Sache*), com o risco de contaminação com a empiricidade da natureza. Existe a necessidade de

³⁵ Cf. CROCE, B. *SPA*, p. 146.

³⁶ CROCE, B. *SPA*, pp. 145 e 138: “pensar a história é já por si mesmo filosofar, nem se pode filosofar senão com referência a fatos, isto é, à história”. Uma afirmação que em 1942 Gentile considerou a expressão de um historicismo espúrio, o “historicismo dos historiadores” contra o “puro” “historicismo dos filósofos”, que não permite, não admite uma fenomenologia da história antes do pensamento que a pensa, contrariando assim a irrelacionalidade do pensamento. E foi o seu “historicismo”.

³⁷ *Ibid.*, pp. 145 e 147.

“conceitos puros”, isto é, “conceitos classificatórios de origem não empírica”, que excluem, superando-as, todas as “*aprensões imediatas*” dos “indivíduos”, das “sociedades” e das “épocas” graças à corajosa “retomada das distinções [...] aos conceitos subjacentes, os quais estão sujeitos a elas e que não são reduzidos a seus termos filosóficos”³⁸. Porque o historicismo, a expressão do “momento da particularidade” e das ‘distinções’ não encontra outra solução para além da superação do *imediato* na mediação da dialética, por sua vez, não entendida como uma experiência de “alta ética”, como Croce dirá, apenas no repensar definitivo do “sistema” nos últimos anos e meses de vida. Ao contrário, o historicismo é “pura logicidade”, tal por consentir que ela seja configurada sem seus próprios “termos”, o que na “resolução” do processo no termo médio consagra a dissolução das distinções históricas no “termo médio”, único fator positivo fundante da (e garantido pela) “filosofia historicista”, enquanto “superação eterna [...] de um conceito insuficiente e, portanto, falso da história”. Trata-se do historicismo do “nada além da história”, com o qual, desesperadamente, Croce tenta qualificar seu “idealismo concreto”³⁹.

Não por acaso, nessas mesmas páginas de 1937, tão intrinsecamente problemáticas a ponto de serem torturantes, para além da suprema elegância de uma prosa soberba capaz de alcançar todas as formas mais elegantes de harmonia literária, até para esconder problemas não resolvidos, retorna a busca pela *Frage* historiográfica, que, para o Croce que reflete sobre si mesmo, se compromete com uma proposta de leitura não idealista (que sempre quis ser e não foi) diferente da aclamada “contemporaneidade da história”, relativa, quando foi enunciada em 1912⁴⁰, à resolução gnoseológica da historiografia, para distingui-la da “crônica, falsa história” de *Teoria e storia della storiografia*, ao passo que em 1937, quando defrontada com a ideia alcançada de “história como pensamento e como ação”, se diferencia da história “anedótica”. Isso explica porque nessas páginas, precisamente aquelas dedicadas à “filosofia histórica” identificada com a “história filosófica”, Croce polemiza com a ideia meineckiana dos conceitos, segundo a qual estes surgem da complexidade, impureza, antinomicidade da realidade enquanto

³⁸ Cf. *Ibid.*, pp. 132, 135, 133.

³⁹ Cf. CROCE, B. *Indagini su Hegel e schiarimenti filosofici*. SAVORELLI, A (org. ed. crítica), Bibliopolis, Napoli 1998, *passim*. Por isso, eu tenho que me referir novamente ao meu *La ricerca dello storicismo* e às importantes pesquisas crocianas de G. Galasso, G. Sasso, P. Piovani, tão bem conhecidas que não exigem nenhuma outra indicação aqui. Essas pesquisas são discutidos no meu volume já mencionado.

⁴⁰ Cf. CROCE, B. *Teoria e storia della storiografia*. E. MASSIMILLA e T. TAGLIAFERRI (org. ed. crítica), com minha nota ao texto, voll. 2, Bibliopolis, Napoli 2007.

expressão da “compreensão” — eu diria no sentido literal de trazer ao “santuário” da consciência — isto é, como conferência de sentido pelo indivíduo que age sobre o que não o tem em si, mas que adquire por meio do processo de racionalização confiado à objetivação das “possibilidades” reais que implicam na responsabilidade do indivíduo pensante e atuante, segundo um movimento tipicamente kantiano. Meinecke considera infundáveis os “conceitos a serem levados à exatidão das ciências naturais” a fim de alcançar “a exatidão da verdade”, perdendo assim “aquilo tem de melhor e mais precioso na vida espiritual”, no *caput mortuum* da definição categorial. Os conceitos “só podem reivindicar um valor provisório, já que a vida do espírito e das configurações históricas que os produzem é, de tal maneira fluida e capaz de transformações quase protéicas, que só podem ser conhecidas em aspectos e movimentos sempre novos”⁴¹. O que, no entanto, não deve ser confundido com o que Croce declara quando considera que as “épocas” — isto é, as distinções da vida histórica em suas sucessivas configurações — são apenas “partições de uso mnemônico”⁴². Em Meinecke, de fato, o discurso é o da objetivação de situações particulares para que elas não se dispersem na irresponsável *indiferença ética*. Em Croce, trata-se da objetividade do conceito “puro”, que, dotado de sentido, sua essência, empresta sua objetividade a partições mnemônicas, as quais servem ao Espírito para se conhecer conhecendo a história, que é “sua história” e não a dos homens agentes, observadores e operadores de experiências historicamente experimentadas (*Erlebnisse*). Na realidade, uma diferença inescapável entre *historicismo* e *historicismo* é aqui marcada, destinada a não ser nem mesmo formalmente resolvida. O de Meinecke é o historicismo da “história e historiografia epocal” (já que as distinções são a expressão da especificidade, particularidade, multilateralidade (*Vielseitigkeit*) da história); ao contrário, o de Croce é o historicismo da “história e historiografia categorial”, uma vez que “o verdadeiro problema é [...] definir as formas e modos universais do espírito aos quais esses títulos [os conceitos históricos de Meinecke] se referem, e que não podem ser reduzidos a limites cronológicos e, ao contrário, são em sua natureza extratemporais”⁴³. Isto é, são manifestações provisórias (em si logicamente inexistentes) da eterna autopresença do Espírito, sujeito e objeto

⁴¹ CROCE, B. *SPA*, pp. 133-134 e o ensaio de MEINECKE, F. *Klassizismus und historisches Denken im XVIII Jahrhundert*, (Croce cit. *ivi*, p. 134, n. 2). Cf. *Senso storico e significato della storia*, Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli 1980, pp.65-81, de minha organização.

⁴² CROCE, B. *SPA*, p. 294.

⁴³ *Ibid.*, p. 295.

da história, que é a progressiva e gradativa aquisição do “conhecimento de si”: esse é um princípio do Droysen hegeliano (não humboldtiano), o qual, mesmo com tantas concessões a esse segundo, é Droysen que ajuda a fundar o “historicismo absoluto”, expressão satisfatória, especialmente nos anos sombrios do “anti-historicismo”, do “idealismo concreto” evocado desde a *Memoria* pontaniana de 1893, em que Droysen é tão presente e apreciado, mas criticado porque parecia muito “hegeliano” (uma definição que, então, Croce rejeitou para si mesmo) enquanto defensor da “história filosófica” que pode ser referida à ciência geral do ser hegeliana, uma ideia inaceitável para o Croce realista, insatisfeito consigo mesmo, que permanecerá assim até que ele possa acreditar ter alcançado a identidade de história e filosofia, da “filosofia histórica” e da “história filosófica”. Até, isto é, ele não ser capaz de combinar, seguindo a intuição de 1893, “poesia e historiografia”, que, até então em 1937, aparecem para ele como “as duas asas do mesmo *organon* que respira, os dois momentos conectados do Espírito que conhece”⁴⁴. Ou seja, algo muito diferente da combinação humboldtiana e diltheyana de arte/poesia e historiografia segundo o sentido comum de sua particularidade, cuja significação é, precisamente, a “tarefa do historiador” (*die Aufgabe der Geschichtsschreibung*). Assim, o Droysen pensador hegeliano da “história filosófica” contribui para a obtenção categorial da unidade crociana. Isso é mostrado novamente, *ad abundantiam* desde o último retorno do historiador do helenismo no livro de 1937, uma vez mais na junção central da teoria crociana sobre a história, dedicada a definir a relação entre “historiografia e moral”, o “juízo moral na historiografia”⁴⁵.

Aqui, em páginas que me parecem embaraçadas pelo recurso necessário de um exame quase que de casuística moral para resolver atitudes comportamentais empíricas ditadas por regras de bom senso comum, Croce rejeita lucidamente hipóteses vagas de “tribunalização da história” e, para esse fim, refuta um princípio hegeliano efetivamente explicado por Schiller: “*die Weltgeschichte ist das Weltgericht*”. Porque, diz Croce, “o porvir ou a história não podem trazer para si esse fardo, mais que esmagador por seu peso, intrinsecamente absurdo e inexequível”⁴⁶. E, no entanto, a refutação drástica não faz apelo à responsabilidade ética dos indivíduos históricos concretos, porque isso implicaria — além de questões teóricas muito

⁴⁴ Ibid., p. 307.

⁴⁵ Ibid., p. 201.

⁴⁶ Ibid., p. 203.

relevantes sobre o fundamento categórico do julgamento individual, aprofundado na *Logica definitiva* — uma recaída na casuística dos comportamentos comuns. A solução só pode ser confiada ao ressurgimento da antiga distinção entre o “acontecimento”, trabalho do todo do Espírito, e a ação, própria dos indivíduos em sua provisionalidade empírica, em vista da confluência construtiva no “ato” do Espírito, sujeito e objeto, história da história. “O único juízo moral que tem consistência e significado na historiografia é este do caráter da obra, fora das impressões e ilusões e das paixões privadas que poderiam acompanhá-la em seus autores”. Para entender tudo isso, trata-se de resolver a dificuldade indiscutível de “uma falsa visão sobre o autor das obras”, sejam elas quais forem. Dessas o autor “já não é o indivíduo abstrato, distinto e oposto aos outros no esquematismo da vida prática, nem a individualidade de qualquer modo substancializada, mas unicamente o espírito que forma os indivíduos e os transforma em seus instrumentos”⁴⁷, princípio encontrado por Vico com sua ideia de “Providência” e por Hegel com sua ideia de “astúcia da razão”, ambos pensando a “heterogênese dos fins”.

Ante tudo isso, Croce se dirige a Droysen, com uma opção que parece confirmar as teses enunciadas até aqui. O Droysen lembrado não pode ser, não é, o Droysen humboldtiano. O Droysen luterano de tantas páginas paulinas e agostinianas de *Grundriss* e das *Vorlesungen* sobre a *Istorica*⁴⁸, como aquelas em que o historiador enfatiza, com o agostinianismo luterano, o “santuário da consciência” no qual pode penetrar o olho “daquele que examina o coração e os rins”, “não o olho do juiz, nem jurídico, nem histórico”, como diz Droysen colocando um grande tema de discussão sobre a dimensão e a força da responsabilidade individual, que, no entanto, deve alcançar a base kantiana para fundar a “responsabilidade da obrigação” à consagração dos próprios limites, limites éticos muito nobres, que só a “reconciliação dos arbítrios” permite reconhecer graças à inquebrantável “confiança” na divina “graça”. Da força dessa corajosa confiança, também Croce, embora não consinta, percebe a nobreza e não deixa de mencionar uma outra afirmação droyseniana: “para mim, como indivíduo, a única *verdade* é a consciência, que a historiografia abandona ao indivíduo, não podendo com seus meios

⁴⁷ Ibid., p. 205.

⁴⁸ Devo remeter-me às minhas páginas sobre Droysen (e sobre Ranke) de 2013-14, que agora se encontram no meu *Trittico antihegeliano. A partire da Dilthey. Contributo alla teoria dello storicismo* (org. MASSIMILLA, E.), Edizioni di Storia e Letteratura, Roma 2016, pp. 349-384, especialmente pp. 368-384. Elas resumem e desenvolvem as páginas sobre *Droysen tra Hegel e Humboldt*, de 1970, que agora se encontram em *Contributi alla storia e alla teoria dello storicismo*, vol. II, Edizioni di Storia e Letteratura, Roma 1995, pp. 811-867.

encontrá-la e compreendê-la, e não olhar para o indivíduo singular de acordo com essa verdade, mas no lugar e dever que detém no grande consórcio moral e em seu progresso”. Aqui, Croce suspeita, percebe, no entanto, com razão, na declaração ambígua (pelo menos na aparência) de Droysen, uma concessão ao dualismo entre o conhecimento historiográfico das coisas humanas e o conhecimento divino das coisas espirituais. Isso nos permitiria pensar em uma “história do indivíduo” que não “resolve toda a história” geral, aspiração de Croce, evidentemente pensando em sua ideia de “realidade [que] é história e nada além que história”. E, de fato, ele acrescenta como esclarecimento, que essa resolução (que, todavia, me parece distante de uma dissolução no absoluto do indivíduo singular encontrado no “consórcio moral da humanidade”) é garantida pela necessidade do pensamento do Espírito, o único verdadeiro sujeito da história, “não tendo o indivíduo singular realidade fora do universal que se realiza nele e que ele realiza” com encarnação temporária.

Nessa encarnação Croce ainda encontrava o conforto do Droysen hegeliano, que ele encontra em outra observação das *Vorlesungen*, onde se diz que “não queremos produzir o conhecimento pessoal do indivíduo, mas investigar e tornar claro para nós sua função histórica”, que é uma tentativa, apelando a Hegel, para distinguir em Droysen a biografia histórica dos personagens históricos (com a qual Droysen era muito habilidoso, basta pensar na imponente investigação *Das Leben des Feldmarschalls Grafen Yorck von Wartenburg*), enquanto pesquisa historiográfica e ato cognitivo, não relato biográfico, com o risco de confundir-se ou cair no romance histórico, na biografia ficcionalizada⁴⁹. Croce, na frase citada, sem pensar as *nuances* do historiador alemão, encontra a confirmação de que “a assim chamada intimidade da consciência nada mais é do que o sentimento poético e intelectualmente mudo, o sentimento que se atormenta e se debate, e sua manifestação fônica e mímica é a interjeição, a qual, complicando-se e dilatando-se, se configura na efusão da alma ou confissão: a confissão que é do paciente e não do estilo do agente”. Muito pouco para que o mesmo “paciente” possa ficar de pé e confortar a si mesmo se “ele não sairá da obscura intimidade do sentir”, “quicá julgando a si mesmo e pensando sobre a própria história, aquela história que é história de si mesmo

⁴⁹ Basta recordar: DROYSEN, J. G. *Das Leben des Feldmarschalls Grafen Yorck von Wartenburg*, 3 voll. Berlin 1851-52, do qual existe uma síntese: *York. V. Wartenburg. Ein Leben preussischer Pflichterfüllung*, Berlin s.a. Sobre a obra maior, ver: NIPPEL, W. *J.G. Droysen. Ein Leben zwischen Wissenschaft und Politik*, Beck, München 2008, pp. 177-184.

apenas se formos, juntos, a história do mundo, com a qual ele faz tudo uno”⁵⁰. Com isso, o absoluto é finalmente proclamado como monismo total (*totalitico*), tanto que poderia, talvez involuntariamente, cair no princípio *Die Weltgeschichte ist das Weltgericht*. Isso, com o típico movimento do pensamento histórico e problematizante de Croce, mais uma vez abre e finalmente não fecha o grande problema da *Frage* historiográfica tanto para propor de novo ao mesmo Croce quanto a Droysen, uma outra grande questão, aludindo para o fechamento dessas notas para uma futura investigação.

Se não me engano — e acho que não estou enganado — a *Frage* refletida em *Storia come pensiero e come azione* é uma renovada reflexão da tese da “contemporaneidade da história”, a qual, também em *Teoria e storia della storiografia*, queria ser a via para não aceitar a resolução completa do conhecimento histórico na eternidade do ato do pensamento que pensa a si mesmo — como parecia para alguns seguidores de Gentile, mas certamente não para o próprio Gentile. Foi uma primeira tentativa, posteriormente aprofundada, de basear a atualidade da pesquisa historiográfica no interesse cognitivo sempre renascente de não parar na própria contemplação, mas de alcançar a mais completa cognição de si na eterna “pensabilidade” do espírito, objeto e sujeito da história que é conhecida precisamente em suas próprias manifestações. Ao contrário, um conhecimento que, na efetividade do real, prepara uma nova ação de vida e um novo conhecimento mais denso. Não por acaso, de fato, no último livro da *Filosofia dello spirito*, Croce fazia apelo à “filosofia como uma metodologia da historiografia, a qual — como argumentou em outra retomada daquele princípio, anterior a 1937, já que data aos ensaios do segundo metade da década de 1920⁵¹ — acolhe o papel da intuição” (*Einbildungskraft* kantiana) e do juízo, no sentido de combinar o “conhecimento sem reflexão” e a seleção racional. O que implica, como implicou em Croce, a retomada da renovada reflexão do “juízo reflexivo” da terceira *Crítica*, no que diz respeito ao “juízo determinante” da primeira *Crítica*. Isto é, estabelecer, a fim de obter a crítica histórica da razão que Croce ansiava, o juízo perspectivo e de previsão, racional em si, porém não segundo a razão absoluta (no sentido da definição categórica absoluta *a priori*), mas como razão concreta que na compreensão da *anfractuosa vitae* percebe seus próprios limites constitutivos e, assim, não definitivos. Nesse sentido, na minha opinião, a preocupação constante de Croce, antes e depois de *La Storia*, é o

⁵⁰ CROCE, B. *SPA*, p. 207.

⁵¹ Cf. Nota 28.

juízo moral da história, que queria ser, para Croce, como queria ser em Droysen, uma necessidade, um julgamento capaz de garantir a seleção crítica das ações na harmonia de Vico de *certo e vero* (certo e verdadeiro), a verificação enquanto certificação das coisas. Assim, para evitar o ingresso no justificacionismo absoluto e absorvente de tudo o que acontece porque acontece, como infelizmente deixou e deixa pensar uma desafortunada afirmação do próprio Croce (a história sempre justificadora, nunca justiceira), a qual deve ser lida no sentido da mais clara revelação de uma compreensão como “compreender investigando” droiseniana, sem poupar energia, sem intermitências de compromisso ético, para alcançar a mais completa razão das coisas, o que não significa, como não significou para Croce, sua aceitação passiva. Croce diz isso claramente quando observa como a razão da história não é compreensível com “o olho do juiz, nem jurídico nem histórico”, como se o historiador fosse o funcionário de uma História, majestosa senhora, em sua própria *epidosis eis autò*, que atropela os indivíduos juntamente com as suas “comunidades éticas”, segundo o modo de Schleiermacher, essenciais em Droysen para dar espaço ao *Friedenstaat*⁵², chamado a limitar a presença incumbente do *Machtstaat*, do qual Croce desconfiava, não por isso ignorando assim sua consistência histórica.

Nas páginas de Croce sobre Droysen e ao redor dele, é consumada uma experiência complexa verdadeiramente atormentadora e até dramática, alimentada competitivamente pela convicção historicista em Droysen de que é necessário “pensar e viver empiricamente”, em Croce que “a vida nunca é comédia, mas sempre uma tragédia”; ambas pesquisas são a busca por um “historicismo do limite” que gostaria de garantir “unidade” e “distinção” juntas. Nessa pesquisa, Droysen desempenhou um papel importante em Croce, direta e indiretamente, como defensor de um “hegelianismo crítico” que teria favorecido a tentativa de conciliar o “realismo” de De Sanctis e o hegelianismo crítico da dialética sem o sistema⁵³ no “idealismo concreto” de Croce, da mesma maneira que Droysen tentou conciliar Hegel e Humboldt.

Um grande problema, enfim, um problema daqueles que tocam a própria substância de duas grandes, diferentes e às vezes convergentes filosofias sobre a história. Um problema que requer outras pesquisas além daquelas até aqui elaboradas, incluindo esta minha, a qual, no entanto, tem a presunção de distinguir-se de outras escolásticas (simplistas), no sentido de ser

⁵² CROCE, B. *SPA*, p. 176.

⁵³ *Ibid.*, p. 264 e nota 22 do presente texto.

“escolar”, que é precisamente o que a filosofia de Croce não tolera e, dentro dela, a presença delicada e complexa do mestre de *Grundriss*.